

Os dados levantados por Mattos utilizam com cuidado as informações contidas no Registro Paroquial de Terras, na medida que realizam uma visualização geral dos proprietários de terras, obtendo informações a respeito do tamanho das propriedades e da forma de aquisição das terras.

Nossa pesquisa, ao partir da análise de cerca de 200 inventários em cruzamento com aproximadamente 600 registros de terras, pretende observar, para além da estrutura produtiva da vila, o tamanho e como essas terras foram obtidas. E, através da comparação dos dados anteriores e posteriores à 1850, analisar se a terra assumia assim dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia de alimentos e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldades.

Titulo: As Finanças Brasileiras na Exposição Universal de Paris em 1889

Autor: Amaury Patrick Gremaud

Filiação Institucional: Departamento de Economia – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FEA-RP/ USP)

Resumo:

O objeto principal deste artigo é a forma como são descritas e analisadas as “finanças” brasileiras, entendidas aqui como as questões monetárias, creditícias e cambiais brasileiras em dois livros - **Le Brésil** e **Le Brésil en 1889** - editados na França em 1889 por ocasião da participação da ainda monarquia brasileira na Exposição Universal em Paris. Procura-se contextualizar internamente as posições assumidas nas duas obras que buscaram externamente mostrar o país positivamente aos com o propósito de atrair recursos para o Brasil, sejam humanos ou financeiros. Deste modo, destacam-se no presente artigo, mais do que as vantagens que estes recursos, poderiam auferir se fossem aplicados no Brasil, mas principalmente como se imaginava, no Brasil do fim da monarquia, o que era estar fazendo a “coisa certa” para que estes capitais fluíssem ao país; como era entendido, pelos autores dos verbetes, o *sound finance* que permitiria a atração dos capitais.

As finanças brasileiras na Exposição Universal de Paris em 1889

Amaury Patrick Gremaud

E. Levasseur no o primeiro parágrafo do capítulo final (*Resumo do Estado do Brasil*) do livro **Le Brésil** publicado em 1889 assim se refere ao Brasil

“O Brasil não é apenas o Estado que possui o mais vasto território e a mais numerosa população da América do Sul, mas também um dos mais florescentes pelo conjunto de sua situação política e econômica e o mais importante por sua riqueza agrícola e pelas cifras de seu comércio exterior. (...) pode-se mesmo dizer que só uma potência, situada nas margens do Prata lhe faz, a cerca de 20 anos, um pouco de sombra.” (Levasseur, 2000, p. 168)

O livro acima referido foi publicado por ocasião da Exposição Universal de Paris na qual, a monarquia brasileira decidira, não sem algumas hesitações, estar presente.¹ F.J de Santa-Anna Nery, brasileiro radicado em Paris, em outra obra – **Le Brésil en 1889** – também publicada em 1889 e montada especialmente para a mesma Exposição Universal expõe, na *Introdução - Le Brésil Actuel*, a intenção destas monografias:

“As exposições universais que tanto criticamos, tem ao menos a vantagem incontestável de permitir aos diferentes países, que delas tomam parte, realizar uma espécie de avaliação oficial da maior parte de seus ramos econômicos (...) O Brasil veio à Paris, não para se impor aos olhos, mas para fazer com que a velha Europa constate que, dados os progressos realizados, ele não é indigno de adentrar ainda mais largamente no concerto econômico dos grandes países. O Brasil veio a Paris, não para buscar a vã satisfação de recompensas honoríficas, mas para atar mais solidamente os laços que o amarram à Europa, para abrir novos mercados a suas matérias primas, e sobretudo para dar confiança a todos aqueles que estariam prontos a escolhe-lo como sua nova pátria, a lhe aportar seu trabalho ou a lhe fazer frutificar seus capitais.” (Nery, 1889, p. IX a XI)²

Estas duas obras – **Le Brésil** e **Le Brésil en 1889** – foram patrocinadas pelo *Syndicat Franco-Brésillien pour l'Exposition Universelle de Paris en 1889*, tem suas diferenças de origem e de publicação, mas tem em comum a intenção de “fazer propaganda” do Brasil na Exposição e na Europa, com o objetivo, como fica claro no texto de Santa-Anna Nery, não apenas de ampliar as vendas de seus produtos primários, mas especialmente de promover a imigração, atraindo europeus, e buscar ampliar o recurso ao capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento brasileiro. Para tanto, fazem, além de amplas descrições sobre aspectos da geografia física e econômica do país, de seus ramos produtivos, de sua população etc., principalmente uma descrição de um país que vem superando obstáculos no seu desenvolvimento e que se encontra no “rumo certo”. Recorrendo novamente a conclusão do livro de Levasseur, encontramos esta ideia, reforçada com a importante decisão, tomada um ano antes e que veio a calhar naquele contexto, de suprimir a escravidão:

“Seu desenvolvimento [do Brasil] era perturbado por diversos obstáculos. Faltavam meios de comunicação: a partir de 1854 e, sobretudo de 1872, foram construídos mais de 9.000 Km de estradas de ferro, além do estabelecimento de serviços a vapor sobre vários cursos d'água, será de bom alvitre continuar nesta obra com perseverança, sem ultrapassar os limites de seu crédito que precisa ser bem administrado. Faltavam-lhe colonos e operários: procurou ensejar por isso uma grande corrente de imigração e já começa a colher os primeiros frutos por essa medida. Existiam ainda, há cerca de 20 anos, 2 milhões de escravos; ele tomou a

¹ O livro **Le Brésil** editado por E. Levasseur teve sua primeira publicação em 1889 em francês, em 2000 foi traduzido e publicado pela primeira vez em português, é a partir desta edição em Português que extraímos as citações.

² O livro **Le Brésil en 1889** editado por Santa-Anna Nery só existe na sua edição original de 1889 em francês, as citações neste artigo são traduções próprias do original.

decisão heróica de suprimir a escravatura, que era uma chaga e atrapalhava a imigração. Uma tal evolução não se faz sem acarretar uma crise difícil de que o Brasil ainda não saiu, embora viesse se preparando para isso desde as leis de 1850 e, sobretudo, a de 1871.” (Levasseur, 2000, p. 168)

Do ponto de vista de nossas finanças também são ressaltadas as dificuldades e sua superação:

“O país ainda conta com poucos capitais para a massa dos empregos úteis que poderia criar com eles; as despesas do Estado aumentaram rápida e legitimamente, como em todos os países, com os progressos da riqueza; infelizmente tais despesas ultrapassam quase sempre as receitas. O numerário é insuficiente e o cambio foi por muito tempo desfavorável, mas melhorou pouco a pouco desde 1886 e foi além do valor nominal em seguida ao empréstimo de 1888, à abolição pacífica da escravatura e ao rápido incremento da imigração européia.” (Levasseur, 2000, p. 168)

Novamente aproveita-se da particular situação em que a economia brasileira se encontrava no início de 1889 – a volta à possibilidade de se estabelecer a conversibilidade metálica da moeda nacional e a adoção do padrão ouro, dado que a taxa de cambio mil réis – ouro retornara ao padrão definido em 1846. O fim da escravidão e o retorno ao Padrão Ouro, dois pontos que segundo a Monarquia (re)colocam o país em pé de igualdade com as nações desenvolvidas.

Este último ponto é o objeto principal deste artigo: a forma como são descritas e analisadas as “finanças” brasileiras, entendidas aqui como as questões monetárias, creditícias e cambiais brasileiras nos dois livros **Le Brésil** e **Le Brésil en 1889** editados na França em 1889 e sua contextualização frente aos debates sobre o tema que ocorriam internamente no Brasil.

Os livros buscaram como foi dito mostrar o país positivamente aos olhos de uma parte da elite e dos dirigentes europeus, com o nítido propósito de atrair recursos para o Brasil, sejam humanos ou financeiros. Deste modo, destacam-se no presente artigo, mais do que as vantagens que estes recursos, poderiam auferir se fossem aplicados no Brasil, mas principalmente como se imaginava, no Brasil do fim da monarquia, o que era estar fazendo a “coisa certa” para que estes capitais fluíssem ao país; como era entendido, pelos autores dos verbetes, o *sound finance* que permitiria a atração dos capitais.

O artigo está dividido em mais cinco partes além desta introdução. Na próxima parte faremos uma breve apresentação sobre as exposições universais do XIX e a participação brasileira, com destaque para Exposição Universal de Paris em 1889; a seguir apresentamos brevemente as duas obras; os temas que queremos destacar serão vistos com mais sistematicidade na quarta parte. Em seguida efetuaremos algumas considerações situando a posição dos textos nos debates monetários e financeiros brasileiros da época, encerrando com algumas considerações finais.

II. As exposições universais e a participação brasileira na exposição universal de Paris 1889

Ao longo da segunda metade do século XIX, 16 exposições universais foram realizadas, iniciando-se com a realizada em Londres em 1851. A Monarquia brasileira participou de cinco grandes exposições universais: Londres em 1862, Paris em 1867, Viena em 1873, Filadélfia em 1876 e no seu último ano em Paris no ano de 1889. As exposições universais procuravam apresentar o progresso do mundo ocidental, capitalista e liberal. Segundo S. J. Pesavento (1997, p. 14):

“as exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos ‘novos tempos’ e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de ‘efeito demonstração’ das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica.”

Mais ainda, seguindo Helena Barbuy (1996) e Ferreira, Fernandes e Reis (2010), as exposições universais:

“(...) constituíam-se na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno domínio colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina. Uma verdadeira representação do mundo, tal como concebido pela filosofia dominante.” (Barbuy, 1996, p.211)

“(...) eram fundamentais como espaços de divulgação e defesa dos Estados nacionais, que se faziam representar nos Pavilhões construídos com verbas oficiais aliadas ao capital privado. Durante meses os pavilhões mostravam a pessoas do mundo todo uma síntese do que se produzia, pensava e vivia nos países ali representados” (Ferreira et alli 2010, p.80)

A participação brasileira nestes eventos não foi algo destituído de controvérsia, mesmo que D. Pedro II tivesse sido um apreciador destes eventos, tendo inclusive comparecido a inauguração da exposição norte-americana em 1876, e o setor privado também tenha se envolvido nos projetos montagem dos estandes brasileiros nos eventos. As exposições de 1862 e especialmente de 1867 encontrava o país em situação difícil, inclusive com o país envolvido na Guerra do Paraguai durante a exposição de Paris em 1867. Nestas exposições assim como nas duas seguintes um dos grandes problemas enfrentados pelo Brasil era o tratamento a ser dado à questão da escravidão que, apesar do avanço da legislação mitigando sua extensão, ainda era um cancro de difícil sustentação nestes eventos. Já na exposição de 1889 em Paris, a abolição acabou se mostrando um trunfo, permitindo demonstrar a superação de obstáculo que o país enfrentava no seu rumo ao progresso e ao convívio com as civilizações ocidentais avançadas.

Porém, outro problema surgiu nas duas outras exposições que a monarquia brasileira participou: a da Filadélfia em 1876 e a de Paris em 1889. São duas exposições com marcas comemorativas expressivas. A primeira, dita a *Centennial*, comemorava o centenário da Independência norte-americana e a introdução do advento republicano naquele território, a segunda também comemorava um centenário, o da revolução francesa, o do fim do absolutismo e também era uma exposição de louvor aos princípios liberais e republicanos.

Outra questão que surgiu especialmente depois da exposição da Filadélfia era a forma como o Brasil deveria se apresentar nestas exposições. Relatório posterior ao evento de 1876 questionava, segundo Pesavento (1994, p.164), se efetivamente se deveria participar neste eventos apresentando-se com um forte grau de exotismo, destacando seus recursos naturais tropicais e sua geografia, fauna e flora exóticos. Estes elementos certamente atraíam pessoas para os estandes, como destaca Cizeron (2009, p. 141), mas até que ponto era a marca que deveria ter a posição brasileira. Este fato é posto em relevo justamente na exposição norte-americana, já que as diferenças deste país com o Brasil em termos de progresso tecnológico e industrial ficaram evidentes naquela exposição.

A participação do Brasil na exposição francesa de 1889 vinha carregada de questões difíceis para a Monarquia brasileira, mas havia alguns trunfos que poderia ser explorados, como o fato da monarquia brasileira ter acabado com a escravidão. Segundo Ferreira et alli:

“a participação [brasileira] na exposição francesa acarretava ao menos um problema: a ênfase no caráter republicano da festa incomodava o Império assolado por crises e por um crescente movimento republicano que ameaçava o regime. Não foi outro o motivo de tantos titubeios na confirmação da participação brasileira, que acabou sendo confirmada em cima da hora. Assim como outras monarquias, o Brasil absteve-se de participar das comemorações do centenário da Revolução, estando presente apenas à exposição e, mesmo assim, de modo não-oficial; não foi o governo brasileiro que organizou o Pavilhão, mas sim

o Syndicat du Comité Franco-Bresilien, grupo privado formado por homens da elite brasileira e parceiros franceses, sob as bênçãos (e financiamento) da monarquia brasileira.

Uma das poucas monarquias a participar da Exposição “republicana”, o Brasil muda em relação a 1876. As recomendações do relatório referente à exposição da Filadélfia surtiram efeito. Em busca de capitais e braços e no afã de criar uma imagem positiva e civilizada do país, o Brasil tenta agora mitigar a ênfase no exotismo do país, procurando chamar a atenção para a produção de manufaturas, a produção cultural, o crescimento urbano e de infra-estrutura – embora sem deixar de lado o apelo às belezas e riquezas naturais do país.

(...) A “natureza” continuou a ser o foco da atenção dos franceses, que pareciam particularmente fascinados pela presença de uma enorme vitória-régia no pavilhão do Brasil. No entanto, ainda que pese a perda de apelo popular, a mudança na estratégia brasileira parece ter sido conscientemente desenhada para apoiar a reivindicação de um ‘lugar entre os países civilizados no mundo’. Buscava-se escapar, em alguma medida, da pecha do exotismo, embora continuasse a ser destacado o imenso potencial de riqueza do território brasileiro na busca por investidores e trabalhadores.

(...) Desde as primeiras Exposições, diante do que era percebido como o “fim iminente” da escravidão, o Brasil já vinha investindo na atração de imigrantes europeus, mas ainda de maneira limitada. O objetivo era, desde então, recrutar mão-de-obra, e também alterar a composição étnica da população do país: o branqueamento era considerado importante para o sucesso da nação. No entanto, a existência da escravidão era sinônimo de atraso, de falta de civilização, o que criava obstáculos para o ingresso do país no rol dos civilizados e para a própria imigração branca em larga escala. Agora, com a escravidão chegando ao fim, o status do país mudava” (Ferreira et alli, 2010, p. 85)

Por algum tempo de debateu a participação do Brasil na exposição parisiense, em parte foi impulsionado por interesses particulares de comerciantes brasileiros residentes em Paris, este constituíram um comitê e buscaram apoio das autoridades brasileiras. O tema foi durante algum tempo debatido no Brasil e apenas um ano antes da exposição ter seu início decidiu-se por dela participar. O comitê, agora *Syndicato* recebeu apoio da monarquia brasileira para a participação no evento. Esta participação procuraria destacar o Brasil com suas vantagens de um país tropical, mas também um país que avançava para o círculo das nações desenvolvida e, com esforço e a superando várias dificuldades, adotava instituições que eram vistas como típicas das nações civilizadas.

III. As publicações: *Le Brésil* e *Le Brésil en 1889*

A participação do Brasil nestas exposições normalmente vinha acompanhada da publicação de material sobre o país. Este material ficava exposto e era comercializado durante o evento. Na exposição de Paris em 1889 dois livros foram publicados ambos com apoio do *Syndicat Franco-Brésillien pour l’Exposition Universelle de Paris en 1889*.

O livro **Le Brésil** é a ampliação do verbete de mesmo nome escrito por E. Lévasseur para a **Grande Encyclopédie Française**, contando também com a colaboração de alguns autores brasileiros e franceses além do editor, responsável por grande parte dos verbetes. Emile Levasseur (1828-1911) era professor no *Collège de France* onde ministrava as cadeiras de História das doutrinas econômicas e Geografia, História e Estatística Econômica. Membro do *Institut de France* e também do *Conservatoire d’Arts et de Metiers*, foi intenso colaborador do *Journal des Economistes*, foi considerado por Schumpeter (1994, p.898), como um adversário de Walras, é o mais importante economista da tradição da história econômica francesa do período, tendo sua obra mais importante versado sobre a história das classes operárias francesas.

Dentre os colaboradores franceses da obra estão Paul Maury, E. Trouessart e Zaborowski, tradicionais colaboradores da enciclopédia francesa e também H. Gorceix que conhecia bem a realidade geográfica brasileira já que fora participante ativo da implantação da *Escola de Minas* em Ouro Preto. A obra contou com alguns colaboradores brasileiros como Eduardo Prado, o Visconde de Ourém (J. C. d'Almeida-Areas) e o Barão do Rio Branco. A primeira edição mereceu alguns reparos inclusive do próprio Imperador brasileiro, especialmente nos aspectos sobre geografia, antropologia e linguística, que levaram a confecção de uma segunda edição, aumentada e corrigida e acrescida de gravuras, a qual entrou em distribuição ainda durante a própria exposição universal. O livro é bastante descritivo e está dividido em três partes: geografia física, política e econômica.³

O outro livro, **Le Brésil en 1889** organizado por Santa-Anna Nery é original e está composto em 25 capítulos demandados a vários analistas e estudiosos brasileiros. Santa-Anna Nery era brasileiro, mas residia em Paris e não era a primeira vez que publicava (organizava) obras de divulgação sobre o Brasil, sendo inclusive editor do jornal *L'Amérique*. Naquele mesmo ano foi autor de uma guia para imigrantes que vinham ao Brasil. Alguns dos colaboradores desta obra também colaboraram com o livro de Levasseur, como o Barão do Rio Branco e Eduardo Prado, outros nomes de destaque foram Andre Rebouças, Amaro Cavalcanti, Luiz Rodrigues d'Oliveira, Favilla Nunes entre outros.

Apesar dos dois livros terem a sustentação indireta da monarquia brasileira, as diferenças entre os livros podem ser entendidas até levando em consideração as suas origens. O livro de Levasseur foi originalmente verbete para a Enciclopedia francesa, escrito por um importantes historiador econômico ou geógrafo econômico francês, neste livro o aporte dos brasileiros foi menor (a não ser o Barão de Rio Branco que escreveu uma história do Brasil, bastante semelhante ao capítulo que escreveu no livro de Santa-Anna Nery), e muitas vezes os próprios colaboradores procuram se colocar um pouco afastados do livro⁴. O outro texto é um texto de brasileiros, que obviamente tinham a Europa como público alvo mas que também não deixava passar e pesar as questões internas. Segundo Ferreira et alli (2010, p.76 e 77 e 110):

“Le Brésil en 1889 pode ser visto, dentro deste contexto, não apenas como uma obra para consumo externo, produzida por um grupo fiel à Monarquia – e subsidiado por ela – para mostrar ao mundo um novo Brasil, próximo da Europa, monárquico e civilizado, mas também como um produto para consumo interno, como uma defesa da monarquia que, aliás, repercutiu significativamente nos jornais brasileiros. A ironia do título do livro é que, quando pensamos no Brasil em 1889, surge uma associação imediata com o advento da República. No entanto, este Brasil era monárquico, um Brasil para ser mostrado na França republicana, na Exposição Universal. Este Brasil, bem como a Exposição, apagaram suas luzes junto com a Monarquia, em novembro do mesmo ano. (...) Le Brésil en 1889 foi uma obra produzida para fora. No entanto (...), foi também feita para dentro. O esforço empreendido pelos autores está em consonância com o momento vivido pela monarquia no país, em meio a uma crise que ganhava corpo com o crescimento do movimento republicano. Peça de propaganda do Brasil no exterior, o livro era também uma afirmação da importância e da força da Coroa na condução do país rumo à tão almejada civilização.

Mais do que isto estes autores

³ Como já foi dito, uma edição brasileira foi publicada em 2000, agregando ao livro, um outro, organizado por Rio Branco, sobre “as vistas do Brasil” - uma coleção de fotos e gravuras sobre os centros urbanos brasileiros.

⁴ De acordo com carta enviada pelo Barão do Rio Branco ao Barão de Ramiz, em 25 de abril de 1889: “Levasseur queria que o artigo História figurasse apenas como meo, mas achei mais conveniente para a nossa terra que o nome d'elle tambem ahi apparecesse. A importância que dou a este trabalho esta em apparecer, com a autoridade do nome de Levasseur e em obra que será consultada por todos os redactores de futuras Encyclopedias, e que terá lugar em todas as bibliotecas do mundo” (apud Ferreira et alli 2010, p. 90).

*(...) Com perspectivas políticas divergentes em vários aspectos, os autores tinham um objetivo em comum: o desejo de veicular uma imagem de Brasil que fosse positiva lá fora, que pudesse atrair braços e capital, bem como o respeito dos países europeus. Enfim, tornar o Brasil um interlocutor preferencial do mundo civilizado na América do Sul. Este não representa simplesmente o projeto do Império ou da República, mas sim de uma elite dirigente e intelectual que transitou nos dois regimes e que, acreditamos, poderia ser exemplificada de maneira mais acabada pelo Barão de Rio Branco. (...)*⁵

[os autores] partilhavam uma percepção da Exposição como um espaço privilegiado para garantir ao Brasil seu lugar de direito entre os povos civilizados, e viam a si mesmos como os responsáveis pela execução desta tarefa. Constroem nos seus textos uma concepção de Brasil como potência do futuro, terra de oportunidades, ao mesmo tempo imersa na América e diferenciada desta pelas suas ligações com a Europa e com a civilização. O novo continente representava o potencial de geração de riquezas, não apenas pela realização da “vocação agrícola”, mas também (como toda a participação do país na Exposição buscava destacar), pelo potencial de desenvolvimento urbano e industrial

Esta perspectiva é um pouco diferente daquela do livro de Levasseur, o que pode ser visto pelo último parágrafo do referido texto, onde a vocação primária, seja agrícola ou extrativista é reforçada pelo pensador francês.

(...) Com prudência, tempo e energia de trabalho, o Brasil superou parte dos obstáculos que retardavam o seu impulso; ele certamente superará os demais. Só então desfrutará todas as vantagens com que a natureza dotou seu imenso território e, graças à civilização e ao aumento de sua população, o conseguirá pouco a pouco valorizar todas as áreas suscetíveis de fornecer ganhos pela cultura, criação exploração florestal ou indústria mineira. (Levasseur, 2000, p.168)

IV. As questões monetárias e cambiais em *Le Brésil* e *Le Brésil en 1889*

Na *Terceira Parte Geografia Econômica* - do livro **Le Brésil**, temos o capítulo VIII *As medidas, moedas e outros instrumentos de cambio*, este verbete foi escrito por Levasseur e contou com a colaboração do Barão do Rio Branco e do Visconde de Ourém.

Depois de descrever o sistema de moedas que existe no Brasil (mil reis, conto, as peças de ouro, prata, as moedas subsidiárias e as de bilhão – cobre e níquel), os autores destacam a situação do meio circulante naquele momento (1889), ressaltando que depois de um período de forte desvalorização do mil reis, houve o resgate do padrão metálico conseguido nos meses anteriores à exposição Universal com a revalorização da moeda nacional.

⁵ “1889 é um ano marcante na história do Brasil, e também um divisor de águas na biografia do Barão de Rio Branco. Apesar de pertencer a uma família importante da política brasileira, apenas a muito custo Rio Branco havia conseguido uma posição de cônsul do Brasil em Liverpool, que estava muito aquém das suas ambições políticas, e a qual ele se referia muitas vezes como um “exílio”. Durante os anos em que esteve lotado em Liverpool (1876-1891), o Barão estabeleceu residência em Paris. Em 1889, participou de *Le Brésil en 1889*, com um capítulo sobre a História do Brasil (*Esboço da história do Brasil*), que, segundo ele, foi escrito em apenas quinze dias, já que a maior parte da pesquisa e sistematização de informações já havia sido feita para escrever o capítulo sobre a História do Brasil no verbete *Le Brésil* para a *Encyclopedie Française*, em colaboração com o francês Levasseur. Ainda esse ano, o Barão escreveu a biografia de Dom Pedro II, publicada na Inglaterra, e organizou um livro de imagens do Brasil para a Exposição de 1889” (Ferreira et alli, 2010, p. 88 e 89).

“A moeda de ouro e de prata são muito raras no Brasil, porque quase toda a circulação é feita com papel moeda e porque o papel moeda desbanca as espécimes metálicas; entretanto, uma vez que o curso do papel está acima do valor nominal (1888) o ouro reapareceu em circulação” (p. 164)

Na continuidade do texto os autores descrevem um pouco a história monetária do Brasil independente e as dificuldades para se manter um padrão metálico condizente. Iniciando com a criação do primeiro Banco do Brasil, ressaltando que *“o Banco se comprometeu por causa de uma emissão excessiva feita não raro para as necessidades do Tesouro, e a moeda metálica desapareceu”*. Segundo os autores o Banco foi fechado em 1829 e o papel moeda encampado pelo Tesouro já que *“suas cédulas em circulação não era outra coisa senão a dívida que o Estado tinha para com ele”*.

As emissões em excesso, para os autores depreciaram o câmbio; duas leis refundaram, ao longo da primeira metade do XIX, o padrão metálico nacional, rebaixando o padrão original que era de 67,5 pence por mil reis para 43,5 em 1833 e para 27 pence em 1846. Os autores terminam por comentar que se acreditava *“sem razão, que com isso podia se manter o câmbio no mesmo nível do valor nominal”* (p. 164)

Destaca-se o surgimento de novos bancos e a criação de um novo Banco do Brasil em 1853 em um momento propício para a recompra do papel moeda mas algumas crises (como a de 1857 e 1864) e especialmente a Guerra do Paraguai trouxeram mais um vez a ampliação das emissões e segundo os autores o curso forçado e a desvalorização cambial.

“O montante de papel moeda, que tinha variado somente entre 28.090 e 42.560 contos de reis de 1835 a 1867, subiu de 81.749 contos em 1868 a 189.255 contos em 1880; o câmbio em Londres desceu a 14 pence em 1867. (...) O papel moeda perdeu na época da guerra do Paraguai metade do seu valor; ele se ergueu em 1875 para voltar a cair em seguida”. (p. 165)

Os autores, porém, mostram as melhoras ocorridas no câmbio nos últimos anos antes da exposição, destacando a volta à taxa cambial estabelecida na reforma cambial de 1846 (27 pence), sendo esta volta decorrente de uma melhora da posição do balanço de pagamentos em função da entrada (ou não saída) de capitais externo e de um empréstimo obtido em Londres. Esta melhora da posição externa permite a volta da circulação metálica no Brasil

“no começo de 1885 o câmbio era em Londres, 17,5 pence por cada mil reis. Aumentou pouco a pouco e de maneira mais firme depois da total supressão da escravatura e do último empréstimo solicitado a Londres, porque os fundos que o Brasil dispunha nesta cidade em virtude do próprio empréstimo dispensavam-no de fazer remessas para a Europa. Em outubro de 1888, o câmbio em Londres ultrapassou o valor nominal, o mil reis valendo 27 pence (...) o mesmo ocorrendo com o câmbio em Paris (...). Hoje as moedas de ouro circulam no Brasil a uma taxa inferior ao papel do Estado. O governo não retirou até o momento senão uma quantidade muito pequena de seu papel moeda, pois o Máximo tinha sido de 194.282 contos em 1886 e era de 188.861 em 1888.” (p. 165)

Praticamente a mesma história é apresentada em dois capítulos do livro **Le Brésil en 1889**, um de autoria de Amaro Cavalcanti (*Capítulo XI - Finanças*) e outro de Luiz Rodriguez de Oliveira (*capítulo XII - Bancos e Instituições de Crédito*), ambos ressaltam o fato de que depois de um período de ampla emissão monetária na esteira da Guerra do Paraguai e da década de 1870, quando as *“moedas de ouro quase desapareceram de circulação”* (p. 348), a situação cambial naquele momento, passava por um fato que, segundo Amaro Cavalcanti, chamava a atenção e permitia uma aplicação de capitais estrangeiros no país de forma segura e rentável dado que as desvalorizações cambiais tinham sido afastadas do cenário

“depois da abolição da escravidão e depois das medidas financeiras do atual governo, o câmbio externo se manteve próximo ao par desde setembro de 1888, o papel moeda gera prêmios e tal situação se mantém desde então (...). A situação econômica e financeira do Brasil apresenta naquele momento, um aspecto tendendo ao ideal, e que os capitais estrangeiros podem nela encontrar uma colocação tão segura como remuneradora” (p. 345).

No mesmo livro Rodriguez de Oliveira também se rejubilava com a possibilidade do retorno à conversibilidade da moeda nacional:

“O Parlamento e o governo se preocupam em reestabelecer a conversibilidade da moeda fiduciária (...) o objetivo é a retirada do papel moeda do estado e sua substituição por bilhetes de banco conversíveis em ouro. O país prosperou a tal ponto que o papel moeda se troca atualmente ao par com o ouro e chega a levar vantagem ...” (p.349)

Ambos os textos ressaltam para o seu público leitor, com alguma euforia que a conversibilidade do mil reis havia sido alcançado no final de 1888 e que vivíamos um período de contenção monetária.. Os textos também destacam que ao longo da segunda metade do século XIX, durante a monarquia, movidos inicialmente por interesses associados a parte da estrutura comercial e financeira brasileira e depois condicionada por interesses externos que começavam a despontar na economia nacional, buscou-se a implementação de programas de austeridade econômica, com intuito de revalorizar a taxa de câmbio e estabilizá-la, possibilitando o estabelecimento de um padrão metálico para a moeda nacional, atrelando-a aos ditames do mercado internacional. Ao longo do tempo porém o Brasil se afastou uma moeda com um valor estável internacionalmente pois fora obrigado a ampliação das emissões fiduciárias. Os rumos da política monetária e cambial haviam enfrentado constantes revezes por problemas políticos e principalmente em função de crises externas, cujos efeitos recessivos sobre o sistema produtivo nacional e mesmo sobre a estrutura intermediadora de recursos e mercadorias era bastante forte, obrigando o próprio governo a abandonar, pelo menos temporariamente, suas intenções. No final da década de setenta e início dos anos oitenta ainda não se conseguira atingir o ideal do padrão-ouro e da moeda plenamente conversível à paridade estabelecida nos anos 40. Esta só passou a ser possível no final da década de 80 graças não apenas à perseverança das políticas monárquicas mas também à melhora do Balanço de Pagamentos e da obtenção de aportes de capitais do exterior.

A possibilidade do reestabelecimento de um padrão metálico e a estabilidade cambial, refletindo implicitamente uma gestão monetária mais “saudável” e uma posição mais confortável no balanço de pagamentos foi tratada nestes livros da Exposição Universal como um trunfo e um sinal civilizatório da sociedade e da economia brasileira, especialmente pois estes pontos se adequavam a visão europeia da época de como se deveria efetivamente proceder em termos econômicos, especialmente monetários e cambiais (Fetter, 1965 e Eichengreen, 2000). Da mesma forma, se o Brasil passava a dotar uma política monetária e cambial considerada adequado e se de fato havia estabilidade nas taxas de câmbio, rigor na política monetária (e implicitamente taxas de juros relativamente elevadas) isto deveria ser considerado positivamente pelos investidores estrangeiros aos quais, pelo menos em parte estes textos pretendiam se dirigir.

Os autores porém ressaltam mesmo que de maneira mais discreta alguns problemas como a falta de meio circulante e as dificuldades desta decorrente. Apontam ainda a questão da abolição e sua importância no que modernamente chamaríamos de aumento da demanda por moeda e a dificuldade que o sistema financeiro e creditício nacional tem em ampliar os créditos. Segundo Levasseur :

“A massa de papel moeda por longo tempo depreciada e a pequena quantidade de numerário em espécie são um dos lados fracos da situação econômica do Brasil. (...) O crédito é ainda

muito insuficiente no Brasil sobretudo em presença das obrigações que a supressão da escravidão cria para os plantadores” (2000, p. 165 e 166)

O mesmo pode ser observado em Oliveira

“A abolição fez entrar na atividade de trocas perto de 700.000 libertos e conseqüentemente ela aumentou a demanda por papel moeda em circulação, que já era considerada insuficiente.” (p. 349 e 350)

Os textos, contudo, demonstram alguma confiança que as reformas monetárias que estavam em curso no Brasil, no bojo da conversibilidade, poderiam ajudar resolver este problema. Amaro Cavalcanti se mostrava preocupado com o problema da expansão creditícia, contudo aponta que era preciso fazer algumas mudanças nos projetos (sem dizer neste texto quais), e que o sistema creditício estava se expandindo por conta própria em algumas províncias :

A nova lei sobre bancos de emissão com base metálica ou sobre depósito de títulos de dívida pública criadas com base no modelo dos bancos nacionais dos EUA contribuirá ainda, sobretudo se lhe fizermos alguma modificações de detalhe, para melhorar a situação de nosso mercado mais favoráveis, o que já se esta buscando fazer em determinada províncias”. (p. 345)

Levasseur é mais contido apontando que as reformas são bem vindas mas que a expansão creditícia depende especialmente da ampliação do *funding* do sistema por meio da ampliação da poupança nacional e dos depósitos

“O Brasil precisa encontrar sobretudo na poupança de seus proprietários mais recursos para alimentar seus estabelecimentos de crédito e para constituir seu capital de circulação metálica e fazer crescer seu capital de exploração” (Levasseur, 2000, p. 166)

Outra possibilidade para Levasseur (e também para os autores dos verbetes no livro de Nery) para alavancar o meio circulante é o recurso à poupança externa. De certa forma os autores refletem neste caso ainda que timidamente os debates internos no Brasil, os quais, pelo menos em parte, versavam sobre como ampliar a oferta de crédito no país.

V. Contextualizando o discurso externo: os debates monetários internos no fim da Monarquia a política republicana

A recorrência no abandono das intenções governamentais de retorno ao Padrão ouro definido em 1846 e à estabilidade cambial demonstrava as dificuldades de implementação de tais políticas, as quais se aproximavam em determinados momentos de meros discursos. Porém a intenção do governo estava associada a uma variada gama de interesses em decorrência dos problemas que a perda de valor da moeda acarretava. A desvalorização cambial, trazia consigo problemas com o nível de preço, causados inicialmente pelo impacto inflacionário da desvalorização cambial, já que grande parte das mercadorias consumidas ainda eram importadas. Outro efeito negativo da desvalorização cambial é sobre as contas públicas. Da mesma forma que as regras do Padrão Ouro impunham uma diminuição das importações por meio da recessão e da redução relativa dos preços domésticos, a desvalorização cambial impunha esta queda pelo aumento do valor dos produtos importados. Assim para ambas há uma queda no valor das importações e, portanto, deve ocorrer também uma diminuição das receitas governamentais associadas ao imposto sobre importação o qual era a base da estrutura de receitas tributárias brasileira no período, pressionando a liberalização na política monetária. Por outro lado, a desvalorização de câmbio também imputa perdas àqueles que possuem passivos em moeda estrangeira. Isto é, aqueles que devem em moeda estrangeira, terão que pagar mais em moeda nacional, pois cotado nesta última, as dívidas, com a desvalorização cambial, são maiores. Portanto, um dos principais entraves à flexibilidade cambial em momentos de excesso de

demanda no mercado cambial é seu impacto negativo sobre as contas públicas, especialmente a partir do momento que o setor público adquire um passivo em moeda externa grande.

A existência de importantes setores nacionais que, como o próprio governo, possuíam dívidas a serem pagas com moeda estrangeira, constitui um dos elementos políticos que mais influi na decisão pela manutenção de regimes monetários com câmbio estável, ou mesmo de políticas econômicas que visem a valorização do câmbio. Estão nos setores que dependem, na condição de devedores ou de demandantes da moeda externa para a realização dos seus negócios um dos principais bastiões das políticas de cunho ortodoxo e de defesa do padrão monetário metálico. Podemos aqui citar as casas importadoras, os empreendimentos constituídos a partir de lançamento de títulos ou mesmo de ações no estrangeiro e as empresas que necessitavam de elevado contingente de insumos e meios de produção para sua operacionalização, como ferrovias e muitas empresas ligadas à infraestrutura, diversas indústrias etc. Para o capital estrangeiro se, por um lado, a desvalorização, ou mais propriamente um câmbio desvalorizado, parece interessante no momento de ingressar no país, a partir do momento que ele se fixa no país, a estabilidade ou valorização passam a ser as reivindicações mais normais.

Segundo Saes (1986) as políticas contracionistas em termos monetários, buscando a estabilização ou a valorização cambial, provocam reações em contrário da lavoura, cuja principal reivindicação é a expansão creditícia, além do que, apesar de suas relações com exterior serem intermediadas, a desvalorização cambial não lhe é de todo inconveniente. Já os setores comerciais defendiam a estabilização cambial, pois as oscilações das taxas se converte num fator de elevado risco para sua atividade. A valorização cambial, por seu lado, foi defendida por diferentes grupos: pelos credores internacionais e pelos interesses estrangeiros estabelecidos no país, tendo em vista a remessa de lucros e a capacidade do governo em gerar recursos para o pagamento de seus encargos; pelos setores produtores não exportadores domésticos, especialmente as oligarquias agrárias não exportadoras, que importam e vendem seus produtos internamente; empresas com passivos em moeda estrangeiras; empreendimentos que tem parte importante de seus custos em moeda estrangeira (importações de equipamentos, matéria-prima).

Assim dentro do próprio grupo cafeeiro, na medida em que este se diversifica e dissociando-se de sua faceta tipicamente produtora - a lavoura -, e constituindo o chamado grande capital cafeeiro, envolvendo empresas de serviços públicos - estradas de ferro, empresas de energia, transporte urbano -, casas comerciais de importação e exportação, bancos etc., cresce a complexidade em termos dos interesses relativos à política monetária e cambial. Se, por um lado, existem fortes demandas por ampliação do sistema creditício, por outro a estabilidade cambial também passa a ser uma reivindicação importante destes grupos. De modo que a combinação expansão de crédito e estabilidade cambial é o par almejado pelos interesses do grande capital cafeeiro. Porém, como muitas vezes ocorre, nem sempre é possível obter ambos.

Também são defensores de uma política ortodoxa aqueles que possuem ativos financeiros e vivem de suas aplicações - os *rentiers*. A inflação deteriora estes ativos, do mesmo modo que a contenção monetária implica numa elevação da taxa de juros que remunera os capitais ociosos aplicados em apólices do governo e outras colocações. O aumento da taxa de juros tem um efeito de perda para as aplicações já efetuadas a taxas fixas quando se observa a remuneração que poderiam obter se naquele momento estivessem livres, da mesma forma que o efeito inverso é verdadeiro. Porém a manutenção de elevadas remunerações para os títulos ao longo do tempo pode compensar este efeito inicial, também a possibilidade de elevação de preços decorrente de políticas monetárias permissivas e seu impacto sobre os encaixes em termos reais, parecem ser mais importantes.

Durante os anos 80, a política econômica imperial foi notadamente ortodoxa, com restrição creditícia e valorização cambial, sendo os insistentes déficits fiscais agora financiados por meio de endividamento externo. Os déficits orçamentários continuaram elevados no período, porém o

governo evitou financiar estes déficits por meio de emissão, tendo em vista o objetivo de retorno à paridade cambial fixada em 1846 e de nela estabilizar o câmbio. Por outro lado, houve efetiva redução no saldo da Balança Comercial nos anos fiscais de 1882/83, 1883/84 e 1885/86. Neste período os preços do café ainda estavam deprimidos e o efeito do aumento da quantidade vendida não foi capaz de compensar as perdas nos preços. Os dois déficits foram financiados através de um vigoroso ingresso de capitais no país na forma de investimento direto e de empréstimos (estes especialmente a partir de 1883/84). Estes ingressos de capitais se mantiveram até o final do período imperial e representaram um importante incremento da dívida externa brasileira no período. Desta maneira o recurso ao capital estrangeiro passou a fazer parte da estratégia de consolidação de um padrão monetário doméstico.

A última década da Monarquia foi marcada pela presença do pensamento metalista de Francisco Belisário Soares de Sousa. Este, além de ter exercido importante liderança no Parlamento, foi Ministro da Fazenda entre agosto de 1885 e março de 1888. Nesta posição perseguiu “com perseverança”, por meio de uma política monetária de cunho ortodoxo, uma revalorização cambial tendo como alvo a paridade de 27 dinheiros por mil réis que fora estabelecida em 1846, para isto também contou com importantes ingressos de capital externo. As concepções metalistas de Belisário acerca das questões monetárias podem ser apreendidas por meio de trechos do seu relatório de 1886 como Ministro da Fazenda:

“A depreciação a que tem chegado o nosso meio circulante, produzindo conseqüências desastrosas para todas as classes da sociedade, impõe-nos o dever de não dilatar por mais tempo a adoção de medidas que tendam a corrigir este estado, e preparem o país para reconquistar o metal que perdeu com as emissões de papel-moeda. Aceito a principio como recurso temporário pelos países necessitados, com facilidade se constitui em permanência e a custo se consegue depois expeli-lo do organismo econômico. Não é isto motivo para cruzarmos os braços ante as dificuldades que se apresentem, mas duplicar esforços com o fim de supera-las. (...)

“Mas, não é na soma numérica das notas que se pode achar o critério para conhecer a deficiência ou o excesso do meio circulante; o critério único está no preço do ouro mercadoria e no estado do câmbio. Há quem acredite que a depreciação se corrige naturalmente com o desenvolvimento progressivo do país, quando são postos limites á soma do meio circulante e os governos tomam o compromisso de não os ultrapassar. A experiência, porém, diz-nos o contrario. (...)

“Sendo a depreciação conseqüência do excesso do papel-moeda, ir reduzindo a sua quantidade será aumentar-lhe o valor. Nisto consiste a primeira condição para chegarmos á circulação metálica (...) Para que permaneça o ouro no país, indispensável se torna a retirada da porção de papel que impede a sua entrada e sua conservação, segundo as leis naturais do comércio.” (apud, Andrada, 1923, pgs. 167 e 168)

Em um discurso no Parlamento em 1888 completa-se o quadro de um pensamento bastante típico da corrente metalista:

“Como, portanto, supor que vamos ter juro barato, que vamos promover as industrias, que vamos promover as transações, que vamos dar vida ao país, por que aumentamos a quantidade da moeda? Se esta suposição fosse exata, nem um país seria mais feliz que aquele que tivesse a moeda-papel. Porque pois amaldiçoa-la ? Porque tantos planos de converte-la, quando com tanta facilidade se obtêm fins tão grandiosos! Porque a Europa inteira, porque todo o mundo se insurge contra este sistema” (apud, Andrada, 1923, pg. 190)

Esta era uma política que agradava certos grupos nacionais e principalmente os chamados interesses externos e não era a toa que foi também defendida nas duas obras analisadas. Mas existiam

problemas. Como já foi aludido nos textos dos livros de 1889, não houve expansão dos meios de pagamentos, o que internamente gerou fortes reclamações em função das chamadas crises sazonais de numerário que ocorriam, quando da colheita, no centro financeiro da Corte. Nestes períodos a praça bancária do Rio de Janeiro ficava sem recursos e ocorriam aumentos nas taxas de juros, em função da drenagem de meios de pagamento para o interior. Boa parte dos autores destaca que os problemas da falta de crédito foram agravados na década de 1880 pela substituição da mão-de-obra escrava⁶. Com o término do escravismo, mesmo que as novas formas de produção não tivessem necessariamente incorporado o assalariamento em sua forma pura, o crescimento da remuneração monetária na economia do final do século XIX impôs a necessidade de aumento do “capital de giro” nas unidades produtivas, diminuindo a possibilidade de acertos contábeis como formas de liquidação de compromissos, agora o pagamento em moeda se fazia mais presente, especialmente no período de colheita. Ressalta-se, assim, o crescimento do nível de monetização da economia brasileira.

Neste sentido Furtado (1984, pg. 170) ainda afirma:

“Se se tem em conta que nesse período [década de 1880] o sistema de escravidão foi substituído pelo do assalariado e que entraram no país cerca de duzentos mil imigrantes, compreende-se facilmente a enorme adstringência de meios de pagamentos, que prevaleceu então. O sistema monetário de que dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado. Esse sistema tinha como base uma massa de moeda-papel emitida pelo Tesouro para cobrir deficits do governo e em menor quantidade (cerca de vinte por cento nos anos oitenta) por notas emitidas por bancos que em certas ocasiões haviam gozado de privilégio de emissão. Era totalmente destituído de elasticidade e sua expansão anterior havia resultado de medidas de emergência tomadas em momento de crise, ou do simples arbítrio dos governantes. Enquanto prevalecera o regime de trabalho assalariado, sendo reduzido o fluxo de renda monetária, não eram muitos os tropeços criados por esse rudimentar sistema monetário. Contudo, a partir da crise de 1875, fez-se evidente a necessidade de dotar o país de um mínimo de automatismos monetários. Ter-se-ia que esperar, entretanto, até 1888 para que o parlamento aprovasse uma imprecisa reforma, a qual o governo imperial relutaria até o fim em aplicar.”

Segundo Franco (1987), a inelasticidade do sistema monetário tinha como causas a própria política monetária restritiva praticada na década de 80 e o pequeno desenvolvimento do sistema financeiro nacional. Este estava bastante concentrado no Rio de Janeiro, além de ainda ser baixa a propensão da população à utilização de depósitos bancários, sendo o entesouramento uma prática comum no período. Deste modo a própria possibilidade dos bancos expandirem suas atividades, elevando o chamado multiplicador bancário, sem aumentar muito sua vulnerabilidade, era baixa. Neste sentido cresceram as reclamações em relação à inelasticidade do sistema monetário na Corte e ressurgiram os debates acerca de uma reforma do sistema monetário e sobre a forma de dotá-lo de uma maior elasticidade, inclusive retomando a possibilidade de emissão por parte dos bancos.

Contudo, como observa Saes (1986b), na última década imperial houve um nítido crescimento do sistema bancário em São Paulo. Mesmo com a política monetária ortodoxa e com as restrições institucionais, criaram-se novos estabelecimentos bancários na província. Tal crescimento estava, segundo o autor, muito mais ligado ao próprio movimento do capital, isto é à forte acumulação de capital que se fazia em São Paulo, esta aceleração possibilitou o surgimento do

⁶ Como Vieira (1981), Furtado (1984), Franco (1987), entre outros. Estes autores colocam o crescimento da mão-de-obra assalariada como elemento central das crises de liquidez ocorridas ao longo dos anos 1880 e das mudanças implementadas na política monetária ocorrida no final da década. Suzigan e Peláez (1981) dão uma importância menos acentuada a este fato, para estes a abolição não foi propriamente um choque, a substituição do trabalho escravo pelo livre já vinha se processando a algum tempo; o problema básico era a oferta inadequada de moeda agravada pelo monopólio de emissão. Para estes autores o grande pecado da política monetária imperial foi justamente o cerceamento à liberdade de atuação do sistema bancário privado.

capital bancário na província e viabilizou a existência de saldos monetários ociosos a serem intermediados. A lavoura, porém, se aproveitou apenas marginalmente desta expansão, mesmo depois de substituído o trabalho escravo pelo sistema de colonato.

Consolidava-se, naquele momento, dentro da economia cafeeira intensas transformações. Os agricultores do Vale do Paraíba, em função do declínio de produtividade de suas plantações, da escassez de terras produtivas baratas na região e dos entraves impostos pelas condições creditícias, eram fortemente afetados pela queda dos preços internacionais do café. Estes produtores ainda foram gravemente atingidos pela supressão da escravidão no Brasil. Em contrapartida, o Oeste de São Paulo, assumia o papel principal dentro da economia cafeeira, com novas plantações realizadas em terras descansadas e produtivas, alcançadas pelas ferrovias. A transição para o trabalho livre foi realizada com mais facilidade pelos agricultores. Outra modificação ocorria em direção à capital paulista, onde se concentravam os interesses, especialmente urbanos, da economia da região. Estes, com já ressaltamos, a partir das fazendas, estendiam-se para outras atividades - como os ramos de transporte e serviços públicos. Estas atividades tinham um caráter eminentemente capitalista e estavam fortemente concentrados em torno de algumas poucas famílias. Na verdade, a partir do núcleo cafeeiro, houve uma intensa diversificação dos investimentos, dentre os quais investimentos no setor bancário. Porém, dentro deste processo de diversificação de atividades, havia outro de concentração de capital. Na verdade foram poucos capitalistas que se espalharam por um grande número de atividades, progressivamente urbanas, no qual o sistema bancário e o acesso a ele acabaram por reforçar o referido movimento de concentração.

Nos últimos anos do Império, o mercado cafeeiro passou por uma nova fase ascensional dos preços internacionais, os quais elevaram as receitas de exportação. Assim a partir de 1886/87 a balança comercial voltou a apresentar superávits sistemáticos, o que, combinado com a continuidade da entrada de capital, implicou em uma situação bastante favorável no mercado cambial e acúmulo de reservas em espécies metálicas, possibilitando uma rápida valorização da moeda atingindo a ambicionada paridade de 1846 ao final de 1888. Com o recurso à entrada de capital externo tornava-se possível a realização do mito da conversibilidade da moeda nacional buscada ao longo do Império

Porém, tal melhora pouco alterou as condições de liquidez interna da economia brasileira. A expansão das atividades internas, que se fazia a partir da expansão da economia exportadora, foi realizada apesar do aparato institucional relativo à moeda nacional. Em termos institucionais deve-se ressaltar uma importante modificação introduzida em 1882, a revogação da “lei dos entraves”. Pela nova regulamentação, a criação de sociedades anônimas foi facilitada diminuindo os entraves impostos pela burocracia pública e, principalmente, tirando o controle do governo sobre a liberação destas empresas. Permanecia, no entanto, a obrigação de integralização de 100% do capital. A política monetária, no entanto, mantinha-se, por volta de meados da década, com sua orientação ortodoxa. O que é, em parte, explicado pelo temor na abertura de brechas nesta quanto a condição das autoridades recuperarem o controle se, por ventura, desequilíbrios surgissem. De outra parte, a manutenção da ortodoxia era a própria condição para a facilidade do ingresso de capital externo no país. Também o sistema bancário privado não conseguia transformar a situação positiva decorrente dos superávits no Balanço de Pagamentos em benefícios no sistema creditício interno.

Como observa Franco (1987, pg. 43),

“em virtude da reconhecida instabilidade da taxa de câmbio, os bancos, por aversão ao risco, evitaram monetizar as suas reservas, isto é, convertê-las em moeda circulante (o que, no caso do Ouro, significava levá-lo à Casa da Moeda para aí serem cunhadas moedas brasileiras), pois dessa maneira o sistema bancário tornava uma parte de seu ativo imune às flutuações cambiais. Todavia, em vista dos limites estruturais a que os bancos estavam sujeitos para a expansão dos seus empréstimos [elevado grau de entesouramento do público], e diante do fato de que o ativo do sistema bancário estava em grande medida

comprometido com empréstimos a fazendeiros insolventes do Vale do Paraíba e com grandes carteiras de títulos da Dívida Pública, difíceis de serem realizados e cotados abaixo do par, os bancos começaram, em certa altura, a ver-se em dificuldades para absorver reservas e, ao mesmo tempo, expandir os seus empréstimos de modo a acompanhar o nível de atividade. Dessa maneira, não podendo expandir suas exigibilidades, os bancos viam esgotarem-se as possibilidades de expansão de suas operações ativas sem debilitar em demasia a sua caixa, de modo que o sistema bancário terminava por dificultar a transmissão à economia doméstica do impulso expansionista gerado pela excepcional situação das contas externas do país.”

Mesmo com as melhoras nas condições cambiais, as crises de liquidez voltavam a ocorrer especialmente nas épocas de drenagem de recursos para o interior e/ou norte do país. Dentre os projetos de reforma do sistema monetário nacional destacaram-se o elaborado por Laffayette Rodrigues Pereira e pelos Viscondes de Cruzeiro e Ouro Preto que autorizava a constituição de diversos bancos emissores e consagrava novamente a liberdade e concorrência bancária. O projeto buscava ampliar a oferta de moeda de modo a adequá-la a um nível de atividade superior em relação ao início da década. Apesar do crescimento, sem problemas de liquidez, de 1888 e das críticas, o projeto, com algumas modificações, foi aprovado no final daquele ano na gestão João Alfredo⁷.

A nova lei propunha a emissão feita por bancos, lastreada tanto em títulos da dívida pública (comprados ao par junto ao governo), como em base metálica. Permitia-se a emissão de notas, conversíveis em moeda corrente do Império, no montante de até 100% do valor do lastro em títulos públicos (porém os bancos deveriam manter 20% das emissões na forma de encaixe) e de bilhetes conversíveis em ouro em até três vezes o lastro metálico, havendo, porém, limites globais na emissão de notas inconvertíveis. Ao mesmo tempo parte (metade) dos recursos conseguidos pelo governo quando da venda dos títulos públicos que serviriam de lastro aos bancos seria retirado de circulação⁸, além do que o Tesouro se comprometia a paulatinamente resgatar suas notas anteriormente emitidas. Na regulamentação da lei, feita em janeiro de 1889, estabeleceram-se limites para a atuação individual de cada banco em relação às emissões com base metálica procurando evitar a constituição de um grande banco emissor quase monopolista.⁹ Porém nenhum banco se apresentou para exercer os direitos de emissão. Para Tannuri (1981, pg. 44), estava nos limites impostos às emissões a explicação para que nenhuma instituição tenha se apresentado para operar nos termos da nova lei. A demanda por crédito era crescente e não seria satisfeita por bancos com baixo teto emissor.

“Constitui um dos óbices mais evidentes o fato de os bancos emissores com lastro metálico, não obstante a permissão para emitir sobre o triplo de seu capital, não poderem exceder o montante de 20.000 contos fixados para instituições fundadas no Rio. Ora, esta limitação não era condizente com o momento histórico em questão, pois com a crescente acumulação que se verificava e a demanda de dinheiro para realizar as aplicações financeiras, não seriam bancos com baixo teto emissor, que satisfariam tal demanda monetária. Daí, vários bancos foram criados, animados pela abundância de ouro, porém, nenhum deles se interessou pela emissão nos termos do regulamento de janeiro.”

⁷ As críticas e as modificações se fizeram no sentido de diminuir a possibilidade de explosão creditícia. Além disto, no projeto original só estava previsto a moeda fiduciária, nos debates foi incluída a moeda metálica. A aceitação da proposta foi facilitada pelas crises de numerário e, em 1888, pela valorização cambial possibilitada pela situação positiva do Balanço de Pagamentos. Esta abriu a possibilidade de alcançar a conversibilidade.

⁸ O governo emitiria títulos com 4,5% de juros para servir de lastro. O restante (a outra metade) dos recursos obtidos seria utilizados para o resgate dos títulos a 5% anteriormente emitidos pelo governo.

⁹ Houve debates sobre este ponto. A resolução ficou por conta do Conselho de Estado, onde elementos ligados ao *Banco do Brasil* fizeram a diferença, impedindo a constituição de um grande banco que fizesse sombra ao *Banco do Brasil*. (Franco, 1987, pgs. 67 e 155)

Segundo Franco (1987, pgs. 68 a 71) a não operacionalidade da lei quanto à emissão conversível em metal era explicada pela regulamentação que limitava a oligopolização do setor. A constituição de bancos emissores de moeda conversível requeria certo controle no mercado cambial de modo a impedir fortes oscilações para baixo desta taxa em relação à paridade alcançada, evitando perdas para estes bancos emissores. “Para isso, segundo Franco, era necessário um grande estabelecimento que concentrasse parte suficientemente grande dos negócios cambiais, de modo a ter o controle sobre as taxas. Desse modo, as emissões conversíveis estavam, em grande medida, associadas ao grande banco.” Em relação às emissões inconvertíveis (aquelas com lastro em títulos públicos), o problema segundo este autor era de rentabilidade. Os lucros dos operadores eram maiores transformando o papel-moeda que possuíam em empréstimos do que comprando títulos a fim de terem o direito de emissão¹⁰. Deste modo nenhum banco se apresentou para obter os direitos de emissão.

Em meio à crise política (abolição, questão militar), D Pedro II trocou o gabinete. O novo gabinete, agora liberal, tinha à frente o Visconde de Ouro Preto com a inglória missão de salvar a monarquia. A gestão de Ouro Preto (o último gabinete imperial) se caracterizou por dois elementos principais: os auxílios à lavoura e a nova regulamentação para a lei bancária, que originalmente ele mesmo propusera e que havia sido aprovada no gabinete anterior. Esta nova regulamentação consagrava a almejada conversibilidade metálica do padrão monetário nacional.

A nova regulamentação visava basicamente retirar os entraves colocados pela regulamentação anterior (jan./89) quanto à emissão de moeda com lastro metálico pelos estabelecimentos individuais. As novas regras eliminavam os limites ao capital para emissão de moeda metálica e possibilitaram a constituição de grandes estabelecimentos bancários emissores, com a capacidade de controle sobre o mercado cambial.

Neste sentido, imediatamente depois das novas regras terem sido adotadas, foi constituído o *Banco Nacional do Brasil*. Este banco surgiu a partir do *Banco Internacional* que já era um importante banco a operar no mercado cambial brasileiro. O novo banco procurou estabelecer compromissos com bancos internacionais e obteve o direito de ser o depositário das reservas do Tesouro, de modo que se esperava que o banco tivesse uma posição de controle no mercado cambial e que pudesse evitar variações nas cotações. Assim, a emissão de notas conversíveis à paridade de 1846 eram viáveis, possibilitando o retorno do padrão monetário nacional às regras do padrão ouro. Ao mesmo tempo, as notas do Tesouro seriam paulatinamente retiradas do mercado e o Tesouro deixaria de emitir novos bilhetes. Por meio do novo banco, que passaria a centralizar as atividades, buscava-se a almejada estabilidade cambial combinada com a expansão monetária de modo a sustentar o “boom” econômico em que se vivia.¹¹ Neste sentido acabava por se criar um instrumento institucional que teria a possibilidade de controle discricionário da oferta de moeda nacional conversível, já que havia certa flexibilidade quanto ao ritmo das emissões. Porém tais emissões, apesar desta flexibilidade, estavam limitadas pelo afluxo de divisas para o país. Se houvesse uma retração no movimento de capital haveria a possibilidade, dado o maior controle sobre o câmbio, de garantir a continuidade das emissões enquanto se acreditasse que este não se desvalorizaria, porém a partir do momento em que a desvalorização fosse eminente a expansão monetária cessaria.

A proclamação da República, entretanto, acabou por atropelar os fatos. Apesar de algumas garantias dadas pelo governo provisório que se instalava, o clima de desconfiança afetou o mercado e principalmente provocou um refluxo na participação dos bancos estrangeiros no esquema montado a partir do Banco Nacional do Brasil que ainda não tinha condições de, só, sustentar o mercado

¹⁰ O problema na rentabilidade das emissões eram as exigências de reserva e o valor de mercado dos títulos públicos.

¹¹ Deve-se notar que outros bancos, além do *Banco Nacional do Brasil*, de menor porte se instalaram sob a lei de 1888.

cambial. As emissões conversíveis não foram adiante e a conversibilidade acabou por ser suspensa¹². A respeito do fracasso da tentativa de retorno ao Padrão Ouro, Franco (1987, pg. 100) comenta:

“a ascensão de um Ministro da Fazenda francamente hostil ao sistema montado pelo Visconde de Ouro Preto levantava dúvidas sobre até que ponto o sistema sucumbiu por causa de suas próprias fraquezas, ou seja, pela incapacidade de manter a estabilidade cambial em condições pouco favoráveis, ou pela falta de empenho do Ministro da Fazenda em preservá-lo.” No início de 1890, Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda substitui a lei de 1888, retornando o padrão monetário à circulação de moeda fiduciária lastreada em títulos públicos.

A maior crítica que Rui Barbosa fez à legislação monetária imposta ao final da Monarquia foi a modificação que ocorreu em relação ao projeto original, qual seja, a introdução da conversibilidade e do lastro metálico. A sua crítica à moeda metálica baseava-se nos problemas gerados pelo comportamento errático do mercado cambial. Esta pode ser observada na exposição de motivos da lei bancária por ele instituída:

“Em um país, onde o equilíbrio do câmbio seja estável, denotando a compreensão normal das suas despesas pelos seus recursos naturais, a emissão sobre o metal é, sem dúvida nenhuma, a solução racional e legítima, eficaz e criadora; porque, assentando a circulação em elementos infalíveis e facilmente realizáveis, influi confiança absoluta, e tem na sua elasticidade a precaução contra os seus riscos. Mas exatamente por isso, necessário é que o princípio dessa confiança esteja superior às incertezas, e que, a qualquer abalo disponha o estabelecimento de meios, para restabelecê-la, mediante a satisfação plena e imediata das suas obrigações para com o público, na conversão do papel emitido.

“Preenche esses dois requisitos a emissão bancária, qual a temos? Evidentemente não. Não; porque está subordinado ao câmbio de 27, e há de recuar ante as suas depressões, sempre iminentes e graves, cuja ocorrência imporia ao estabelecimento incalculáveis prejuízos, obrigando-o a trocar em ouro ao par notas cotadas abaixo dele. (...) Não, ainda; porque, cobrindo o ouro apenas o terço da emissão, a exigência do troco, determinada pelas baixas do câmbio, encontraria o estabelecimento desarmado para acudir aos seus compromissos, produzindo no mercado incalculáveis catástrofes.” (Barbosa, 1949, pgs. 10 e 11)

Rui Barbosa reconhece as vantagens da emissão sobre metal, porém novamente vê a impossibilidade prática desta instituição no Brasil pois a instabilidade cambial, especialmente as perspectivas quanto à desvalorização, inviabilizam a emissão por parte dos bancos de uma moeda lastreada e conversível em metais. Já que quando da desvalorização cambial haveria uma corrida aos bancos para a troca das notas ao par enquanto persistisse a desvalorização e tais trocas significam prejuízos para os bancos. Aqui temos a inversão das idéias metalistas. Enquanto para estes era a imposição de uma moeda não conversível que instabilizava o câmbio, para Rui Barbosa era a instabilidade do câmbio, que tem como causa vários elementos não diretamente relacionados à moeda, que inviabilizava a moeda metálica. Esta, sozinha, não era capaz de dar solidez ao câmbio, mas a estabilidade deste último era condição necessária para a imposição da primeira.

No discurso proferido no Senado em 3 de novembro de 1891, Barbosa se defende das críticas e passa boa parte do tempo procurando negar, por meio de diversos exemplos e citando uma série de autores, o postulado metalista que vê no aumento das emissões a razão para as desvalorizações cambiais. Neste discurso, publicado em 1893 como “O papel e a baixa do câmbio” Rui Barbosa apontava para esta inversão dos metalistas:

¹² Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda da República, deu aos bancos que tinham permissão de emissão de acordo com a regulamentação imperial, o prazo de três meses para que executassem os seus direitos. A perspectiva de desvalorização e a corrida aos bancos, especialmente ao *Banco Nacional do Brasil*, impediram as emissões.

“Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica, num país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicais, é cair num círculo ocioso. Essa mutabilidade do câmbio, essa depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas com o mercado do exterior. Não é portanto a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto, é, pelo contrario, a estabilidade do câmbio ao par, efeito, da prosperidade econômica da nação que , que nos há de permitir a circulação conversível. Os metalistas invertem os termos do problema, e por isso as suas criações não passam de castelos de cartas. Os saldos a favor do país, nas liquidações internacionais, geram o câmbio favorável; o câmbio duradouramente favorável determina a circulação metálica. Nós, ao revés, queremos pela circulação metálica, artificialmente preparada, fazer o câmbio, apoiando-a em saldos transitórios, promovidos por empréstimos externos. É uma pretensão puerilíssima.” (Barbosa, 1893, pgs. 28 e 29)

A proposta de Rui Barbosa é de emissão por parte de vários bancos de notas inconvertíveis lastreadas em apólices do governo. Esta opção é considerada a opção possível para aquele momento com as vantagens de possibilitar a necessária expansão do meio circulante ao mesmo tempo que diminui a dívida pública.¹³ Na já exposição de motivos à lei bancária podemos acompanhar a sua justificativa:

“Verdade seja que, no mecanismo de emissão sobre fundos, a nota não é conversível. E sobre esta desvantagem se ergue triunfante a grande objeção contra esse sistema. Note-se, porem, principalmente, que, no regime da circulação fiduciária elevada ao triplo do metal em depósito, a conversibilidade não é real, exequível, segura, senão quanto ao terço do papel emitido. Por um lado, ainda inconvertível, não é menos certo que a cédula bancária, afiançada por títulos do Estado, reúne as condições essenciais a esse fator econômico para auxiliar o desenvolvimento da riqueza do país. Tudo está em não se sobrecarregar a circulação, e em que se observe sempre a regra de equivalência entre o instrumento convencional das transações e as necessidades da praça.

“Não poderia corresponder a estas exigências capital o Estado, que não faz operações comerciais: emite, e resgata apenas, por assim dizer, mecanicamente quando autorizado. Demais, em um plano como o que ora adotamos onde se confere à emissão bancária a função de reduzir o débito nacional , não se poderia dizer que se exagere a tensão do crédito: antes se lhe adiciona um principio novo, sólido e poderoso de confiança. (...) Ora, o sistema da circulação sobre apólices acomoda-se simultaneamente aos dois fins: expandir o meio circulante, proporcionando ao desenvolvimento do país os recursos de que necessita, e minorar, se não extinguir, as obrigações da dívida nacional, cujo serviço absorve imensa parte de nossas riquezas.” (Barbosa, 1949, pgs. 11 e 12)

VI. Conclusões:

É famosa a crítica de Furtado em relação às concepções teóricas que prevaleciam no período. Assim se expressa Celso Furtado (1984, pg. 160):

“Constituindo a economia brasileira uma dependência dos centros industriais, dificilmente se podia evitar a tendência a ‘interpretar’, por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um ‘corpo de doutrina’, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade. Ali onde a realidade

¹³ Os mecanismo de diminuição da dívida pública são basicamente dois: uma taxa de juros menor e cadente das apólices que servem como lastro e um mecanismo de resgate automático destas apólices baseado no uso obrigatório de parte dos lucros dos bancos emissores.

se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a patologia social. Dessa forma passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica da doutrina em confronto com a realidade.

“Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários. A razão disto deriva de que na Europa não se fez, durante o século XIX, nenhum esforço sério para elaborar uma teoria monetária fora do esquema do padrão-metálico. O político brasileiro, com a formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão-ouro. Na moeda que circulava no Brasil via-se apenas o aspecto ‘patológico’, ou seja, sua ‘inconvertibilidade’. E ao tentar aplicar essa moeda ‘inconvertível’ as regras do padrão-metálico - particularmente aquelas que derivavam da teoria quantitativa - era levado a afastar-se mais e mais da realidade. Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconvertibilidade, os deficits, as emissões de papel-moeda. Essa ‘anormalidade’ secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo - que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade - se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX.”

Os verbetes relativos as questões monetárias contidos nos livros **Le Brésil** e **Le Brésil en 1889** se encaixam nesta crítica, guardando a ressalva que eles foram em parte feitos justamente para consumo externo, se escreve o que se acredita que soe bem aos ouvidos das elites europeias sobretudo aquelas que poderiam aplicar seus capitais no nosso país. Os livros como foi ressaltado tem algumas diferenças, o de Lefevre é mais claro nesta aproximação com o modelo padrão europeu, por exemplo quando defende a necessidade de ampliar a poupança e o *funding* dos bancos e se afasta das idéias de alargamento da moeda nacional em relação aos lastros metálicos.

O modelo clássico é também claro nos textos contido no livro de Nery, apesar do texto de Amaro Cavalcanti, fazer uma sutil e ali não esclarecedora crítica ao projeto de Ouro Preto que estava sendo votando, defendendo o sistema financeiro norte-americano e pedindo modificações no projeto. Esta posição alias é perfeitamente compatível com a posição do próprio Amaro Cavalcanti em texto posterior, em que crítica a inelasticidade do meio circulante metálico, afirmando que ele é fortemente suscetível às oscilações do balanço de pagamentos, e tais flutuações ocorrem justamente no sentido contrário ao que deveriam ocorrer. Em **Política e Finanças** de 1892 afirma:

“Quanto ao sistema da emissão sobre lastro metálico igual, nunca passou de mera pretensão dos metalistas; nunca nenhum banco de emissão propriamente dito o realizou. Apenas os bancos de depósito da Idade Média, consta, que emitiam vales aos portadores dos depósitos sobre quantia igual depositada. Mas, na espécie, além de não ter passado de mera pretensão de metalistas, importa ainda dizer, que seria um mal patente a adoção de semelhante sistema; dele só adviria realmente uma vantagem prática, - a condução ou manuseamento da moeda menos pesada. Ao passo que, em desvantagem, adviriam fatalmente estes males inevitáveis: se um banco somente pudesse emitir papel, representado por valor igual em metal, bastaria que, em um ano (já não digo sucessivamente) as importações de produtos estrangeiros, excedendo em boa parte o valor da exportação, obrigassem a moeda metálica a emigrar, para que o mercado interior do país, privado de todo ou de parte de seu meio circulante, fosse levado à

maior pressão, e aos mais sérios embaraços, se não à própria ruína, pela falta de numerário. Não será preciso mesmo supor uma grande exportação de moeda; bastaria, simplesmente, o aspecto de uma crise, a ameaça de grandes males na atmosfera política de um povo, para que todos corressem às portinholas do banco e, em um momento, ele se acharia sem um centil de metal, e conseqüentemente, privado de emitir mais uma nota, isto é, sem poder fornecer nenhum meio circulante, justamente, quando maior devesse ser a sua necessidade ocorrente.” (apud Vieira, 1960, pg.43 e 44)

VII. Bibliografia

- ANDRADA, Antonio Carlos **Bancos de Emissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923.
- BARBOSA, Rui *Relatório do Ministro da Fazenda*. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. XVIII, 1891, tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949
- BARBUY, H. *O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal*. In: **Anais do Museu Paulista**, vol. 4, n. 1, 1996.
- CAVALCANTI, Amaro **O Meio Circulante Nacional. (1808 - 1835)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1983
- CIZERON, D. **Les representations du Brésil lors des expositions universelles**. Paris: Ed. L'Harmattan, 2009.
- FERREIRA, G.N., FERNANDES, M.F.L. & REIS, R.R. *'O Brasil em 1889' um país para consumo externo* **Revista Lua Nova**, n. 81 , 2010.
- FETTER, F. **The development of British monetary orthodoxy**. Cambridge. Harvard University Press, 1965
- FRANCO, Gustavo H. B. **Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1987
- FRANCO, Gustavo H. B. “A Primeira Década Republicana.” In: ABREU, M. P. (org.) **A Ordem do Progresso. 1889 -1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- FURTADO, Celso **Formação Econômica do Brasil** 19ª ed. São Paulo: Editora Nacional. 1984.
- LEVASSEUR, E. (dir) **O Brasil**. 1º Ed. brasileira. Rio de Janeiro: Bom tempo, 2000.
- NERY, M. F. J. Santa-Anna (dir). **Le Brésil en 1889**. Paris: Ch. Delagrave/Syndicat du Comité Franco-Brésilien, 1889.
- PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais: espetáculos da Modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec. 1997
- SAES, Flávio Azevedo Marques de **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1986
- SAES, Flávio Azevedo Marques de **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista. 1850 -1930**. São Paulo: IPE-USP, 1986
- SCHUMPETER, Joseph A. **Historia del Análisis Económico**. Barcelona: Ariel, 1994
- TANNURI, Luiz Antonio **O Encilhamento** São Paulo: HUCITEC; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981
- VIEIRA, Dorival Teixeira **A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro**. São Paulo: IPE, 1981.